




A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem sua proteção

 Luana Nery Moraes *
Isabel Santos do Nascimento **
Izete Santos do Nascimento ***
Maria Helenice de Paiva Miranda Teixeira ****

Resumo: O presente trabalho traz o relato do projeto “A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem sua proteção”, realizado no Centro de Ensino Médio 12 de Ceilândia, por estudantes do 2.º e 3.º ano, no período de 2018/2019, coordenado por quatro docentes de áreas distintas: Filosofia, Espanhol, Sociologia e Língua Portuguesa, bem como contou com o auxílio de professores de outras disciplinas. O referido projeto originou-se a partir da participação de uma das professoras no curso “Maria da Penha Vai à Escola”, ofertado pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE). Posteriormente o projeto foi inscrito no I Prêmio Maria da Penha Vai à Escola, no qual o CEM 12 foi um dos premiados. Com a iniciativa, a escola, em parceria com os estudantes, procurou trazer ao conhecimento dos discentes não apenas a existência da Lei Maria da Penha e de outros dispositivos legais de proteção à mulher, mas também o enfrentamento das violências no cotidiano familiar e social.

Palavras-chave: Comunicação não-violenta. Cultura de paz. Educação. Violência doméstica e familiar.

* Luana Nery Moraes é graduada em Letras/Espanhol pela Universidade de Brasília, especialista em Tradução de Espanhol pela Universidade Gama Filho e graduanda de Direito do Centro Universitário IESB. Professora efetiva na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: luana.nery@edu.se.df.gov.br.

** Isabel Santos do Nascimento é graduada em Filosofia, especialista em Orientação Educacional e Docência do Ensino Superior. Professora efetiva na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: isabel.formiga@edu.se.df.gov.br.

*** Izete Santos do Nascimento é mestre em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde pela Universidade de Brasília. Pedagoga-Orientadora Educacional na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: Izete.santos@edu.se.df.gov.br.

**** Maria Helenice de Paiva Miranda Teixeira é graduada em Letras, especialista em Educação Inclusiva. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: maria.helenice@edu.se.df.gov.br.

Introdução

O Centro de Ensino Médio 12 (CEM 12), fundado em 1990, está localizado na cidade satélite de Ceilândia-DF, Setor P Norte, e atende cerca de 1.660 estudantes nos três turnos, oriundos do próprio setor e adjacências. O colégio tem como missão educar para o despertar do senso crítico, buscando formar cidadãos livres, conscientes, solidários, autônomos e capazes de transpor os mais diversos obstáculos que a vida lhes apresentar; contribuindo, assim, para a solução de problemas reais na escola, na comunidade e na vida social.

No tocante à cultura de paz, fundada em valores como: o diálogo (crítico, participativo e reflexivo), o respeito, a igualdade, a solidariedade, a generosidade, a cooperação, a coletividade, a justiça social, o reconhecimento e a valorização das diferenças e diversidades, a comunicação não-violenta, o CEM 12 busca a desnaturalização, a rejeição das violências.

A escola é participante do Projeto Vozes da Paz, realizado pelo Programa Justiça Comunitária (PJC) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), do Programa Mulheres Inspiradoras e concebeu o Projeto Guardiões da Liberdade: acordos para o bem-estar social. Ambas as iniciativas têm como fim fomentar atividades pedagógicas com os valores da cultura de paz e contribuir, portanto, para a transformação do espaço escolar, social e democrático.

O que é a cultura de paz?

A temática voltada para a cultura de paz, essencialmente no contexto escolar, tem sido abordada com grande veemência nas últimas duas décadas no Brasil como um todo. O Distrito Federal é uma das unidades da federação a se debruçar tanto sobre os fenômenos que provocam as violências no contexto escolar como sobre as formas possíveis de prevenção e combate na direção de uma convivência harmoniosa e saudável.

Em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou o conceito de cultura de paz na Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz como: “um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e modos de vida que rejeitam a violência e previnem os conflitos, atacando suas causas para resolver os problemas através do diálogo e negociação entre indivíduos, grupos e nações” (Resoluções da ONU A/RES/52/13 e A/RES/53/243). O artigo 4º do mesmo documento ressalta a importância da educação para a construção da cultura de paz, sobretudo a educação acerca dos direitos humanos.

Na mesma direção, Candau (2000) acrescenta que a educação para a paz deve envolver, inicialmente, a compreensão e a análise da realidade, pois dessa forma

pode-se observar e discutir sobre as contradições e incongruências do mundo onde se está inserido, além de dar vez e voz aos envolvidos, sobretudo, aos excluídos, auxiliando-os a abrir os olhos para essa realidade, evitando-se a proteção exacerbada que impede a vivência de diversas realidades e controvérsias, lutando, em conjunto, para o combate às desigualdades, pois são elas que produzem as violências comunitárias que “desaguam na escola”, por exemplo (grifo nosso).

Desse modo, a educação para a paz pressupõe a visibilidade das violências e o desenvolvimento de estratégias não violentas para a resolução de conflitos. Com o projeto intitulado “A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem a sua proteção”, o CEM 12 percebe o grave problema social que envolve a violência contra a mulher e promove ações que contribuam para mudar essa realidade.

Por outro lado, Branco e Lopes de Oliveira (2012) acrescentam tanto a diversidade quanto a integração com a comunidade como complementares à “promoção de uma cultura de respeito à diversidade e promoção da paz” (p. 12). A comunidade está intrinsecamente envolvida no contexto social, a qual é, em grande medida, responsável pela inclusão e exclusão social. Dá-se, dessa forma, o desenvolvimento ético e moral dos indivíduos, que, através de suas atividades humanas, podem contribuir para a superação de preconceitos e conflitos, inclusão e não exclusão cidadã, bem como a promoção constante dos direitos humanos e da paz, e ainda a oportunidade de transformação do sujeito e do contexto envolvidos, afora a percepção da importância da construção e co-construção de significados provenientes das relações e relacionamentos que se dão nos contextos sociais.

Reflexões sobre a condição da mulher na história da humanidade

Entender e situar na história os contextos sociais é uma tarefa difícil e complexa. Se, anteriormente, tudo era entendido e justificado pelo divino (Igreja), tendo o homem em segundo plano, no advento das Luzes, do progresso, do direito e da razão, aparece uma nova etapa na conquista da história da humanidade: o humanismo. Volta-se para compreender esse homem como partícipe do processo de ensino e aprendizagem, como autônomo do seu próprio conhecimento. Ocorre, na verdade, uma inversão da ideia de homem de pecado e condenado ao inferno para uma ideia de ser e estar nele mesmo o potencializar a sua própria história sem a ajuda dos deuses. Ferry (2013) situa o humanismo da Revolução Francesa e Industrial como sendo um humanismo preso em si mesmo, nas Luzes e no progresso. Desse modo, é

necessária a busca de um humanismo que pensa no ser humano como indivíduo subjetivo.

A subjetividade (emoção, fé, impressões, modo de ser e existir) é outra questão que merece enfoque. Isto porque o Iluminismo é o direito da razão, a crença no potencial humano. Todas as decisões e ações humanas deveriam ser pautadas e alcançadas através do uso exclusivo da razão, do esclarecimento, do racionalismo em oposição à ignorância. Neste contexto de razão acima de tudo, o ser humano é entendido como algo desprovido de subjetividade, o que fez surgir uma reação ao movimento iluminista, que apresenta o ser humano como dotado de razão (razão esta colocada em xeque), mas também de sentimento, melhor dizendo, é apresentado um novo caminho além da razão.

Por esta reflexão, pode-se entender o que Ferry (2013) chama de o segundo humanismo, o quinto rosto da história (Cosmo, Deus, homem do humanismo), um retorno à essência humana: o amor; para ser mais preciso, a Revolução do Amor, que é refletir as questões políticas, sociais, econômicas, trabalhistas, familiares e de gênero. Talvez esteja nesse entender o amor como uma vertente atual humanística e de reflexão, o abordar a questão da violência contra a mulher e o enfrentamento, utilizando medidas protetivas, a reflexão do que aconteceu com a mulher quando começou a trabalhar nas fábricas e não receber folgas, salários justos e igualdade de direito. Instala-se uma política de gênero nas relações de trabalho e social. Política esta que instaura, já na contemporaneidade, a violência.

A partir do século XX, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, observa-se a efetivação de alguns avanços importantes no que diz respeito ao direito da mulher em decorrência do seu próprio protagonismo, emancipação e luta, tais como: direitos e conquistas trabalhistas, direito ao voto, mudança de costumes (vestimenta, fumar, eventos sociais, estética, entre outras). É notável a presença da mulher na política, nas esferas sociais, nas artes e na ciência até chegar à conquista das ferramentas legais de proteção que resguardam a mulher das violências diversas que atualmente ainda estão submetidas.

O projeto

O projeto “A violência doméstica e familiar contra a mulher e as leis que promovem a sua proteção” foi desenvolvido em 2018/2019, após uma das professoras idealizadoras ter realizado o curso “Maria da Penha vai à escola”, oferecido pela Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE).

Os principais objetivos do projeto foram: promover a reflexão sobre a mulher, sua valorização e protagonismo

na sociedade; compreender como se dá a construção do significado da violência; conhecer o papel da sociedade na elaboração de leis de amparo à mulher; compreender a educação em e para os direitos humanos; entender as ações que promovem a redução da violência contra a mulher; discutir a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Manifesto Comunista em Cordel; compreender a Lei Maria da Penha, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Manifesto Comunista em Cordel como objeto do Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília (PAS/UnB).

A metodologia, para a consecução das atividades iniciadas em 2018, foi embasada no livreto “Vamos Conversar?: cartilha para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres”, lançado pela ONU Mulheres Brasil, pelo Governo do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e por outras instituições parceiras. Inicialmente trabalhou-se com nove turmas, as quais tiveram como trabalho a apresentação de seminário, a produção de slides, a elaboração de cartazes e painéis e a representação teatral.

Em 2019 as atividades envolveram dezoito turmas em rodas de leitura sobre a Constituição Federal, a Lei Maria da Penha em Cordel (de Tião Simpatia), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Manifesto Comunista em Cordel (de Antônio Queiroz de França), trabalhos, também, em seminários, escrita autoral de cordéis e produção de vídeos.

Como subsídio para a construção de vídeos e com o objetivo de conhecer o universo feminino inspirador de resistência, o silenciamento das mulheres no espaço público e o direito à voz, foi realizada pesquisa de campo, na qual os estudantes visitaram a Gerência de Educação em Direitos Humanos e Diversidade (GDHD); a Cooperativa CATA-MARE, que trabalha com o projeto Trilhos da Cidadania: Prazer, eu sou Catador; e a oficina para mulheres Meu Mecânico, dentre outros.

Cada turma foi dividida em sete grupos e cada uma recebeu um roteiro de trabalho contendo todas as diretrizes da tarefa: os subtemas que deveriam abordar, os objetivos, as orientações gerais, os acordos firmados anteriormente, os critérios avaliativos, as datas de apresentação e os professores avaliadores. Além disso, os estudantes receberam, por *WhatsApp*, o roteiro; alguns tutoriais para a produção de Literatura de Cordel, rimas e estrofes e para a construção de vídeos de Cordel Encantado; o Manifesto Comunista em Cordel; a ficha com os critérios de avaliação; e textos de apoio às temáticas levantadas.

Para a realização dos seminários, ademais dos subtemas voltados para a legislação de proteção à mulher, os estudantes também abordaram aspectos sobre: a mulher

ceilandense operária; as mulheres inspiradoras no contexto familiar; a Marcha das Margaridas; as hortas comunitárias; a fabricação da multimistura; as mulheres de destaque para a sociedade que merecem respeito, valorização e reconhecimento; a representação feminina nos meios de comunicação e em letras de músicas; o universo feminino inspirador de resistência e união pela igualdade de gênero; o silenciamento da mulher no espaço público; e o papel da mulher, a existência de atos violentos e os tipos de violências presentes nos séculos XIX, XX e XXI.

Posteriormente, realizaram-se aulas expositivas sobre a tipologia de cordel e o contexto histórico do Manifesto Comunista em Cordel, que deram embasamento e suporte para o desenvolvimento das tarefas de apresentação de seminário e a produção autoral do cordel.

A Literatura de Cordel, que tem origem Europeia e faz parte da literatura popular, chegou ao Brasil no período da colonização junto com os imigrantes europeus e recebeu a influência dos povos indígenas que aqui viviam e dos negros que chegaram ao país no período da escravidão. Cada etnia, com as suas especificidades, contribuiu para nossa formação cultural. Em especial, na literatura, a prática da oralidade é determinante nessa produção, pois é o fundamento da escrita para a atividade interdisciplinar desenvolvida.

Com a ajuda da coordenação escolar, foi produzido um material de apoio com as características, os esclarecimentos e os pormenores importantes para o entendimento da Literatura de Cordel. Durante as aulas de tipologia textual, os alunos demonstraram conhecimentos adquiridos ao fazer a correspondência com os períodos literários do Trovadorismo e Romantismo, pois todos haviam tido o primeiro contato com versos cantados no estilo de cordel. Também não houve estranhamento quanto à tipologia porque em Ceilândia há um centro cultural conhecido como a Casa do Cantador, que abre seu espaço para apresentações culturais variadas.

O momento de criação e produção autoral do cordel foi acompanhado durante as aulas. Houve verificação da correção ortográfica e gramatical, do desenvolvimento correto das ideias, da estrutura textual e da fidelidade ao tema proposto. Esse momento nos proporcionou uma reflexão muito importante sobre a prática de ensino e aprendizagem, pois ela vai muito além do processo de leitura e escrita. O que realmente importa é o processo de interação do aluno com a concepção de ensino que abraça uma percepção de mundo enquanto ser pensante, crítico e como agente transformador de sua realidade pessoal e social.

O mundo caminha para a era do domínio de novas tecnologias, novas mídias surgem a cada dia. Sob esse contexto, o ensino deve também sofrer avanços, adaptar-se às novas linguagens e formas de conhecimento,

assim como se tornar mais atraente, dinâmico e que facilite o processo da aprendizagem dos educandos. Sob esse aspecto, novas mídias educacionais ganham destaques, ou ainda mídias seculares ganham nova importância educacional, entre as quais está o cinema, que pode ser um poderoso instrumento de apoio ao magistério (ANACLETO, MICHEL e OTTO, 2007, p.22).

O pensamento de Anacleto, Michel e Otto retrata exatamente a parte da produção do vídeo do Cordel Encantado, posto que possibilitou para os nossos estudantes o despertar da criatividade, o estímulo em conhecimentos múltiplos em conformidade com a exploração da sensibilidade e das emoções, além de contextualizar vários conteúdos, fomentando aprendizados significativos e a prática de princípios de cidadania, ética e respeito. Foi incrível assistir a cada vídeo produzido pelos estudantes e perceber aspectos fundamentais para a formação integral deles, tais como: a inclusão social, o desafio de vencer as adversidades e os preconceitos, o respeito a diferenças sociais, de gênero e a conscientização do protagonismo como educando do CEM 12 e como cidadão sujeito de direitos.

Foram produzidos 56 vídeos, dos quais 15 foram inscritos no 5º Festival de Curtas das Escolas Públicas do DF e também será promovido o Festival de Curtas do CEM 12 para apresentá-los à comunidade escolar.

Resultados/Avaliação

Ao finalizar o projeto, os estudantes produziram, por escrito, um relato de experiências sobre o aprendizado adquirido e a sua aplicabilidade no dia a dia. Por meio desses, ficaram evidentes o orgulho, a gratidão, a reflexão sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo, refletindo valores e aprendizados históricos, conhecimentos sobre o empoderamento da mulher e sua luta por emancipação ao longo dos anos. O impacto maior foi a conscientização da comunidade escolar acerca da Lei Maria da Penha e outros dispositivos legais que promovem a prevenção e a proteção da violência contra a mulher.

No desenvolvimento do projeto, ficou evidente, por parte dos atores, um estranhamento quanto ao tratamento que a mulher recebia quando lhe faltavam os dispositivos legais e leis de proteção, mas existia uma valorização presente em poemas, letras de músicas, produções cinematográficas, propagandas, entre outros. Percebe-se que, mesmo após a constituição dessas ferramentas legais, ainda são notados a desvalorização e o preconceito com a figura feminina.

Considerações finais

A escola é um espaço de integração social permeado

pelas relações humanas que ali se estabelecem, além de ser um direito garantido em bases legais. Ao mesmo tempo, constitui-se um espaço que possibilita mudanças sociais diversificadas, permite a percepção das inaceitáveis desigualdades a que a humanidade está sujeita, como a miséria e a fome, disparidades intelectuais, econômicas, assim como as mais variadas expressões de preconceito e discriminação, como o caso da violência contra a mulher, a criança, o idoso e outras mais, construídas pela relação de um humano com o outro.

Ao propor um projeto que suscita o debate sobre como a sociedade vê a mulher, seus modos de ser e existir e, por causa disso, a agressão, a humilhação e o feminicídio, traz, para dentro de seus muros, a responsabilidade de tornar visível a situação da mulher no Brasil e no mundo, além de provocar o empoderamento dos atores que compõem o ambiente escolar, ou seja, mulheres e homens que, fora dos muros da escola, convivem com as mais diversas formas de violências criadas no contexto em que vivem.

Dessa forma, tal empoderamento concede aos que participaram um lugar de fala, junto ao coro daqueles que lutam para que a mulher seja reconhecidamente respeitada nos espaços que ocupa e, ao mesmo tempo, grite por mais justiça social, mais humanidade, mais respeito, mais paz, para além do que as medidas protetivas

lhes garanta, e, assim, que cada mulher saia de casa e retorne em segurança, seja ela negra, branca, indígena, solteira, casada, criança ou adolescente, pobre ou rica, intelectual ou analfabeta, crente ou descrente, que tenha paz, que viva com alegria e despreendimento, sem medo, sem ameaças veladas, sem feminicídio, na escola ou fora dela.

A realização do projeto indicou que a atividade interdisciplinar configura uma nova forma de repensar e ressignificar o processo de ensino e aprendizagem, assim como o desenvolvimento de um projeto, elaborado e explorado de forma adequada, promove a construção e socialização de muitos conhecimentos, posicionamentos e comportamentos indispensáveis à inserção social dos discentes e à formação de cidadãos.

Para justificar esse relato, usaremos uma paráfrase das palavras da Doutora em educação Rita Carolina Vereza Bruzzi: que educadores e educandos que habitam o universo se livrem de todo e qualquer embaraço ao se deslustrarem com o mundo melhor que o conhecimento pode nos proporcionar.

Cabe a nós, educadores e educandos, através da prática pedagógica de projetos, colocarmos em prática, por meio de vivências, o entendimento dos dispositivos legais, transcendendo a simples teoria e sua aplicabilidade no espaço escolar e social. ■

Referências bibliográficas

- ABREU BRANCO, Angela Maria Cristina Uchoa; LOPES DE OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos (Organizadoras). **Diversidade e cultura de paz na escola**: contribuições da perspectiva sociocultural. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- ANACLETO, A.; MICHEL, S. A.; OTTO, J. **Cinema e Home Video Entertainment**: o mercado da magia e a magia do mercado. Np. 2007.
- BRUZZI, Rita Carolina Vereza. **Projeto dia/lida/vida de professores**: conhecimento docente no Ensino Médio. Processo, práticas e interações de ensino aprendizagem. Brasília- Faculdade de Educação /Universidade de Brasília; Líber Livro, 2012, 224p.
- CANDAUI, Vera Maria. Por uma cultura da paz. **Revista NOVAMERICA**, nº 86, junho 2000, Rio de Janeiro, p. 29.
- FERRY, Luc. **Do amor**: uma filosofia para o século XXI. Tradução Rejane Janowitz. 1ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz**. Resolução aprovada por Assembleia Geral em 6 de outubro de 1999, nº 53/243. Disponível em: <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20>. Acesso em: 20 jul. 2019.